

SEXUALIDADE E ENSINO: O QUE PENSAM AS PROFESSORAS QUE ATUAM ENSINO FUNDAMENTAL I

Gilcineia Gonçalves Ferreira ¹
Fátima Aparecida da Silva Iocca ²

Resumo

Abordagens sobre a sexualidade humana, sobretudo no que diz respeito ao ensino escolar, nem sempre é tarefa fácil. Historicamente, este tema está envolto em preconceitos, crenças, tabus e valores singulares, que são difundidos de geração em geração. A temática tem sido discutida e com visibilidade em diferentes contextos socioculturais, mas ainda gera desconfortos e inseguranças nos profissionais da educação em especial aos professores e, falar sobre o assunto não tem sido prioridade nas instituições escolares, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo deste trabalho foi compreender as concepções de sexualidade e a importância da temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública do estado do Mato Grosso. A investigação foi qualitativa, realizada com um grupo de professoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados foram coletados utilizando questionário diagnóstico com foco na percepção de sexualidade e a relevância da temática na sala de aula. A análise foi realizada a partir dos procedimentos do método de Análise de Conteúdo, na modalidade da Análise Temática. Os resultados apontam para a predominância de uma concepção hedonista do ato sexual e a busca infinita pelo prazer sem a visão da amplitude que a temática carece. Constatou-se também que a temática é considerada relevante nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, que a ausência de uma abordagem no âmbito da sexualidade pode estar relacionada a falta de formação e conhecimento sobre a temática.

Palavras-Chave: Formação continuada, Concepções de sexualidade, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Falar em sexualidade, para a maioria das pessoas, em especial aos/as professores/as, não é uma tarefa fácil, visto que, regra geral, implica não só no conhecimento da temática, mas numa série de fatores que influenciam o processo de ensino e aprendizagem evitando que ações voltadas para o assunto sejam abordadas na sala de aula. Assim, estabelecido como verdade absoluta, o conceito errôneo de que a sexualidade abrange exclusivamente a prática sexual,

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, pela Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT e professora da educação básica do Estado de Mato Grosso, gil77ferreira@hotmail.com

² Doutora em Ecologia, Professora no Programa de Ensino de Ciências e Matemática, Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, iocca@unemat.br

Recorte da dissertação de mestrado em Ensino de Ciências e Matemática-Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT-Barra do Bugres/MT

impede o desenvolvimento de ações que contribuem para o entendimento da temática em questão. Dessa forma, a sexualidade humana constitui-se no imaginário coletivo como um conjunto de proibições e segredos que devem continuar silenciados (RUFINO *et al.* 2013; FOUCAULT, 2017), sobretudo nas instituições de ensino, uma vez que a falta de conhecimento e a percepção que se tem do assunto não propiciam uma abordagem de forma efetiva no campo educacional.

As dificuldades em abordar assuntos relacionados à sexualidade na sala de aula tornam-se ainda mais relevantes quando trata-se dos anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2000; BONFIM, 2012; RUFINO *et al.*, 2013; QUIRINO, 2014; LOURO, 2014; SILVA, 2015). Provavelmente, esse fato está relacionado à concepção de que a criança é incapaz de compreender tal assunto, negligenciando o fato de que a sexualidade é inerente à vida e que há diversas formas de esse assunto chegar a esse público específico, instigar o interesse e a curiosidade dos mesmos acentuando ainda mais a necessidade de informações apropriadas no âmbito da temática.

Pensar em sexualidade envolve, por um lado, a desconstrução de certos conceitos e tabus, antes tidos como verdades, e, por outro lado, a construção de novos conceitos a partir de novas concepções acerca da temática, com base na compreensão de que esta é natural ao ser humano e intrínseca à vida (TEODORO & CUNHA, 2014). Esse sentimento de que estamos lidando com um assunto proibido, pode ser observado ainda na infância, como algo que se manifesta na criança desde muito cedo. Já nessa etapa, o público infantil é capaz de perceber atitudes de reprovação, tais atitudes, faz com que a criança silencie seus questionamentos em torno da temática. Isso acontece, principalmente, em ambiente marcado por preconceitos e falta de conhecimento por parte dos adultos.

Trazer essa discussão para o espaço escolar é de suma importância e pode contribuir para a construção de um currículo que considere a relevância dessa temática para desenvolvimento integral do indivíduo. Além disso, é fundamental que os professores e professoras tenham formação e informação específicas no que tange a sexualidade para que possam sentir-se aptos e seguros ao colocá-la em ação no cotidiano escolar e, assim, apresentá-la como uma prática pedagógica que ajude a compreender não só assuntos relacionados a sexualidade, identidades e relações de gênero, mas outros aspectos essenciais à formação humana e a construção de saberes que propicie atitudes de respeito ao próximo (SILVA, 2015).

Atualmente, as discussões a respeito da sexualidade humana têm se intensificado no meio acadêmico. Muito se tem questionado a respeito da inclusão da temática nas instituições de ensino. Estudos como o de Bonfim (2012), Gagliotto (2014), Louro (2014) e Furlani (2017)

entre outros, têm mostrado que a abordagem de temas relacionados à sexualidade nas escolas, contribuem de maneira significativa para a superação das desigualdades, preconceitos e violências relacionadas a orientação sexual e gênero, além de promover respeito, saúde física e psicológica. Nessa perspectiva os debates são necessários para desestabilizar as verdades únicas que, são incumbidas de normatizar um modelo hegemônico de sexualidade na sociedade contemporânea. De acordo com Furlani (2017, p. 70), é preciso “[...] apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana, problematizando o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência das pessoas”.

Não obstante a sexualidade tenha ganhado visibilidade e espaço para discussões nas diferentes conjunturas e esferas sociais, ainda assim, há limitações e receios, sobretudo no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem no espaço escolar. Conforme Gagliotto (2014, p. 53), “a educação sexual, na família e na escola, é ainda parcial e deficitária. Existe uma tendência [...] em falar nos aspectos biológicos, transmitir conhecimentos técnicos, biologistas, e higienistas, sem a preocupação do todo”. De acordo com a autora, a abordagem transversal da sexualidade, nas diretrizes educacionais, apresenta-se “incompatível com a proposta de sexualidade emancipatória [...]” (GAGLIOTTO, 2014, p. 80).

Embora existam vários dispositivos institucionais que ao longo do tempo estabelece metas e diretrizes para a educação brasileira, há uma desconexão na implantação da temática sexualidade nos cursos de formação tanto inicial quanto continuada (BONFIM, 2012). As iniciativas de políticas públicas educacionais, no contexto atual, não têm dado a devida importância para desenvolvimento de práticas pedagógicas que busquem superar as dificuldades de abordagens em sala de aula. A carência de políticas de implantação e implementação mantém a descontinuidade das ações que promova a temática, portanto, esse parâmetro dicotômico, favorece um cenário com todas as formas de violências e preconceitos, sobretudo os que estão relacionados a sexualidade.

Por tratar-se de um assunto considerado complexo, uma vez que envolve uma série de questões que consequentemente faz parte do universo sociocultural de cada indivíduo, a temática acaba sendo restrita ao planejamento pedagógico, devido à falta de formação e conhecimento no campo da sexualidade. Muitas vezes, incluir ou não a temática no plano de trabalho, definir os conteúdos a serem trabalhados e a amplitude da discussão, ficam a critério do próprio professor ou professora, que o fará segundo as suas concepções, as suas crenças, os seus valores, as suas convicções o seu nível de conscientização sobre o assunto, a sua formação, as suas condições de trabalho – enfim, as suas circunstâncias, sua subjetividade e o seu

horizonte de possibilidades. Assim, as poucas iniciativas de implementação são pontuais, isoladas e não condiz com a realidade atual. Provocar discussões a partir de contextos proposto em sala de aula pode favorecer a abordagem, uma vez que o trabalho com a temática precisa envolver todos no processo e não apenas professores de Ciências, embora, considera-se que este, tenha mais habilidade para tal.

Compreende-se que a complexidade que subjaz a este assunto, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conforme afirma Silveira (2010), no escopo da sexualidade, temos, ao mesmo tempo, construções sociais, desejos e orientações individuais. No entanto, tal complexidade não justifica a ausência de discussões e reflexões da temática em sala de aula, ainda que nos anos iniciais. Contudo, faz-se necessário o entendimento do processo histórico e os paradigmas responsáveis por normatizar conceitos e preconceitos no tocante a sexualidade, para compreender as manifestações nas sociedades atuais.

Nessa perspectiva, a problemática para esta pesquisa embasou-se no seguinte questionamento: Qual a concepção que se tem de sexualidade e possíveis abordagens nas séries iniciais no ensino fundamental? Teve como objetivo compreender as concepções de sexualidade e possíveis abordagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública do estado do Mato Grosso.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este trabalho seguiu a abordagem qualitativa com foco na pesquisa de campo. Foi realizada no período de março a junho de 2019, buscou compreender as concepções de sexualidade e possíveis abordagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública no interior do estado do Mato Grosso.

Os dados foram coletados utilizando questionário diagnóstico com foco na percepção de sexualidade e a relevância da temática na sala de aula.³

O questionário diagnóstico continha perguntas abertas, foi parte das estratégias utilizadas para obtenção de dados durante o processo investigativo da pesquisa e foi entregue a vinte e dois (22) participantes. A escolha desse instrumento para coleta de dados se justifica pelo fato de entender, que poderia ser utilizada uma linguagem própria do sujeito participante

³ Este artigo é recorte da pesquisa desenvolvida para dissertação do mestrado. O diagnóstico inicial foi fundamental para delinear a pesquisa, a partir do qual foi organizada as etapas seguintes, como base para o desenvolvimento da metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011).

da pesquisa, não havendo influência a partir de respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador (MINAYO, 2014). Dentre os questionários entregues aos professores, onze (11) foram devolvidos devidamente respondido.

Para garantir o anonimato das participantes como estabelecido no termo de livre consentimento (TCLE) foi utilizada a letra **P** seguido de algarismos indo-arábico para referir-se as professoras.

Com base na Resolução 466/2012⁴, foram elencados possíveis riscos associados à pesquisa, respeitando a decisão de participar ou não da investigação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas - CEP (Parecer n.º 3.090.145, de 17 de dezembro de 2018).

Os dados coletados foram analisados pautados em Bardin (2016) e Minayo (2014), a partir da perspectiva de análise de conteúdo na modalidade de análise temática.

RESUSTADOS E DISCUSSÕES

SEXUALIDADE NA PERCEPÇÃO DAS PARTICIPANTES

A sexualidade é uma das dimensões da humanidade mais complexas, e necessita ser entendida na sua essência e amplitude, pois esta configura-se como um dos núcleos estruturantes que formam a totalidade humana. Werebe (1998) a esse respeito assegura que a sexualidade humana “(...) comporta dimensões biológicas, psicossociais e culturais”, sendo que seu significado transcende os limites de prazer e reprodução.

No âmbito da cultura e da história Louro (2000, p. 62), afirma que “a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, ou seja, processos profundamente culturais e plurais”. No entanto, o entendimento de que a sexualidade perpassa por todas essas dimensões, ainda é um grande desafio, já que o conceito predominante está relacionado a uma ideia reducionista que detém a sexualidade apenas sobre aspecto biológico ressaltando a busca do prazer a partir do contato físico entre as pessoas.

Concepções muitas vezes equivocadas classificam a sexualidade como algo totalmente proibido, uma espécie de segredo vergonhoso, que deve ser guardado entre adultos. Não se compreende, assim, que a sexualidade é inerente à vida e que é preciso abrir espaço para discutir o assunto também entre crianças e adolescentes, a fim de esclarecer as dúvidas e as curiosidades

⁴ Resolução do Conselho Nacional de Saúde- CNS n.º 466 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/338Zeqf>. Acesso em: 28 set. 2019.

que são próprias dos seres humanos em geral e desse público em particular. A carência de conhecimento associada a limitações e a concepções, muitas vezes impostas culturalmente, contribui para a não abordagem da temática nos espaços educacionais, sobretudo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva e com intuito de compreendermos a percepção de sexualidade entre as professoras fizemos o seguinte questionamento: De acordo com sua concepção sexualidade para você é? São citadas seis respostas que representativas

P.1: “A noção de sexualidade pode ser a busca pelo prazer, descoberta de sensações proporcionadas pelo toque ou contato, atração por outras pessoas do mesmo sexo ou sexo diferente, ou seja, um conjunto de comportamentos a respeito da satisfação do desejo sexual”.

P.2: “É a maneira que cada um tem, ou desenvolve para a busca do prazer”.

P.9: “Sentimentos de prazeres”.

P.6: “Prazer dentro dos limites”.

P.8: “É um assunto muito complicado de ser abordado”.

P.10: “Sexualidade é o comportamento referente ao sexo”.

Provavelmente essas compreensões são as que circundam o pensamento humano sendo recorrente em grande parte da população, bem como nas sociedades distintas a partir do ponto de vista sociocultural. Historicamente a existência da sexualidade foi negada ao longo do tempo como uma dimensão da vida humana que envolve outros fatores, sendo restrita ao conceito puramente biológico sem a devida abrangência epistemológica que a temática detém (LOURO, 2000).

A esse respeito pode-se dizer que com base nas conceituações das participantes da pesquisa o entendimento que se tem inicial é de ato sexual e não de sexualidade. Pressupõe-se que a sexualidade ainda apresenta uma identidade naturalista, distante da compreensão da dimensão que esta detém. Isso nos remete ao conceito de que não há, assim, uma compreensão mais ampla de que a sexualidade é uma dimensão da vida humana que envolve outros aspectos além do físico – aspectos sociais, psicológicos, culturais, econômicos e religiosos (BONFIM, 2012; QUIRINO, 2014).

Entender a sexualidade apenas como uma forma de prazer obtida a partir do ato sexual pode contribuir para legitimar o conceito de proibição associado à abordagem dessa temática nas instituições escolares. Do ponto de vista sociocultural, falar de questões que envolvem a sexualidade é algo que remete a medo, a limitações, a vergonha e a aflições. Na perspectiva

pedagógica esse pensamento reforça o impedimento de ações voltadas para implantação e implementação da temática nos espaços escolares, especialmente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O conceito biológico e higienista da sexualidade apresentado nos livros didáticos e em documentos oficiais da educação também aparece entre as concepções das professoras relacionando sexualidade apenas com a formação do corpo humano e as fases a ser estudadas.

P.3: “Pra mim é um termo que abrange a educação que estuda a formação do corpo e sua mudanças com o tempo, as fases da adolescência/ criança/adulto”.

P.7: “Para mim, sexualidade é macho e fêmea.

De acordo com Nunes e Silva (2000, p. 73) “a sexualidade transcende a consideração meramente biológica, centrada na reprodução das capacidades instintivas (...)”. Segundo os autores, a sexualidade é a própria “vivência e a significação do sexo, para além do determinismo naturalista, isto carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha que a torna uma dimensão humana, dialógica, cultural” devendo ser entendida na sua totalidade. Quando não se tem esse entendimento, fica-se restrito a uma visão reducionista, construída socialmente a partir de conceitos do senso comum.

A resposta da P.7 demonstra uma concepção redutora da sexualidade. Certamente, essa opinião é uma das “invenções sociais” (FOUCAULT, 2017) que contribuem para a sustentação de certos discursos sobre sexualidade na sociedade contemporânea.

Diante do enredamento e da intensidade, abordar a temática no âmbito escolar demanda que o/a professor/a tenha uma fundamentação teórica e metodológica numa perspectiva multidisciplinar que além de considerar os conceitos biológicos, contemple também as diversas áreas do conhecimento como ressalta Bonfim (2012, p. 27) que “além de contemplarem as ciências biológicas, sejam embasadas em diversas áreas das ciências humanas, como a pedagogia, a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia”.

Do ponto de vista pedagógico compete ao sistema educacional como um todo superar a visão epistemológica que ainda se tem da temática e criar novas possibilidades metodológicas que possa transpor os paradigmas existentes, uma vez que a carência de informações, especialmente nos anos iniciais minimiza a construção do saber, bem como a autonomia do pensamento da criança que por conseguinte tornará um adulto repleto de dúvidas, preconceitos, medos e tabus diante de determinadas situações que lhe exigirá posicionamento e deliberações.

Entre os conceitos das professoras pesquisadas há concepções que evidenciam que a sexualidade não é apenas sexo, que engloba outros fatores sendo vários aspectos que abrange a sexualidade.

P.4: “Sexualidade para mim está no modo de agir, no modo de se vestir de falar, são vários”.

P.5: “Acredito que não é apenas sexo, mas a forma que cada um se comporta e engloba inúmeros fatores”.

Estes conceitos estão em consonância com a concepção de sexualidade defendida por vários autores como Louro (2000), Bonfim (2012), Quirino (2014) e Foucault (2017), pois remete a ideia de que engloba outros fatores, porém nos excertos aparecem implicitamente a questão cultural não ficando claro quais outros fatores se referem. Assim subentende-se que a amplitude da sexualidade ainda não é compreendida de fato e, provavelmente, essa carência de conhecimento é o que impede o desenvolvimento de práticas pedagógicas que incluam a temática na sala de aula.

No contexto atual, a reivindicação é a de que a sexualidade precisa ser compreendida como uma dimensão humana que envolve os aspectos físicos, sociais e psicológicos, além de incluir a compreensão do nosso corpo, nossa cultura, nossa história, nossos costumes, nossa religião e nossas relações afetivas (BONFIM, 2012). Sem esse entendimento por parte dos professores e professoras, torna-se difícil estabelecer diálogos, em sala de aula, que fomentem as discussões no âmbito da sexualidade.

Certamente, esse abismo que existe entre a prática pedagógica e o enfoque da sexualidade está relacionado às questões socioculturais, filosóficas e religiosas que normatizam e conseqüentemente impede o diálogo sobre o assunto a partir de uma fundamentação teórica-metodológica na perspectiva da transversalidade. Mas também há outro fator que pode contribuir para a não abordagem da temática que são as lacunas existentes nas formações tanto inicial quanto contínua dos/as professores/as no tocante a Sexualidade.

Nessa perspectiva, fizemos o seguinte questionamento: Durante a sua formação acadêmica, você se lembra de alguma disciplina que abordou a temática da sexualidade voltada para o contexto escolar e a sala de aula? Todas as respostas coadunam para o entendimento de que a temática não é considerada relevante dentro da esfera da formação docente.

P.1: “Não me lembro de ter estudado essa temática”.

P.5: Eu, na minha formação inicial, não tive nada sobre isso, e os cursos que a gente participa também não traz nada sobre isso.

P.6: “Nunca estudei sobre sexualidade”.

P.2; P.3; P.4; P.7; P.8; P.10 e P.11: “Não”.

p.9: “Não especificamente”.

A falta de conhecimento, gerada pela carência de informação nos processos formativos, tanto inicial quanto continuado (PIMENTA, 1996), é um dos fatores que certamente impedem o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, uma vez que as especificidades não são priorizadas e nem discutidas na sua essência. Esta é uma questão histórica, visto que a finalidade da educação sempre esteve vinculada às classes dominadoras (BONFIM, 2012).

Em se tratando da sexualidade, a ausência de informação sobre essa temática é algo impactante no campo da Pedagogia, sobretudo em relação ao conhecimento biológico da morfologia e da fisiologia que diz respeito à forma e ao funcionamento do corpo humano (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

O diagnóstico evidenciou uma carência de formação docente no âmbito da temática, pois as participantes foram unânimes em dizer que, na formação inicial, não cursaram disciplinas que ofereciam uma abordagem da sexualidade e que nunca houve enfoque dessa temática nas formações continuadas que tiveram lugar na instituição escolar pesquisada. Deste modo, as habilidades a serem desenvolvidas no campo da temática acabam sendo negligenciadas por falta de conhecimento, e isso seguramente compromete o ensino e a aprendizagem dos alunos no que tange a globalidade dos temas transversais.

A ausência de conhecimento em relação à sexualidade é um fator que deve ser levado em consideração, uma vez que impede não só a abordagem da temática, mas, principalmente, uma reação adequada às manifestações dos estudantes – manifestações essas que são algo comum, mas que merecem os devidos esclarecimentos. Ter domínio, nesse contexto, implica compreender que a sexualidade é inerente à vida e é moldada socialmente, constituindo-se a partir do dispositivo histórico (FOUCAULT, 2017), de acordo com os valores e costumes estabelecidos em cada sociedade.

De acordo com Quirino (2014), com a carência de formações e informações adequadas, as fragilidades, ora conceituais, ora de formação, tendem a crescer, sobretudo no âmbito da sexualidade.

Os/as professores/as ficam limitados e não conseguem desenvolver uma prática que de fato inclua a formação do/a aluno/a para a compreensão e respeito à diversidade na sociedade

contemporânea. Os novos paradigmas exigem do/a professor/a um trabalho constante e reflexivo, sendo preciso superar as dificuldades para um melhor desempenho da ação pedagógica na perspectiva da diversidade sexual (LOURO, 2019).

No que diz respeito à área voltada para a sexualidade humana, a falta de informação e a dúvida são pressupostos que geram, em primeira instância, a discriminação, o preconceito, e o desrespeito ao diferente. Além disso, fazem com que papéis estereotipados sejam perpetuados socialmente. Mas o que a escola tem que ver com isso? A instituição escolar colabora na promoção de posturas promotoras de violência quando se exime da responsabilidade de formação de um sujeito reflexivo, omitindo informações essenciais para a desconstrução de preconceitos.

Segundo as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso (2012, p. 41), quando a escola não trabalha com seus alunos e alunas, a inclusão da temática “relega-os a uma condição de inferioridade, produzindo sofrimento, e toda sorte de discriminação, agressões e preconceitos e com isso afronta totalmente os direitos dos estudantes garantidos tanto na CF como na LDB (Lei n.º 9394/96) e no Estatuto da Criança e Adolescente”.

Nessa perspectiva, os diferentes campos do conhecimento podem abordar a sexualidade no espaço escolar, não sendo restrita somente ao Ensino de Ciências (QUIRINO, 2014). Isso tem implicações para a formação do/a professor/a, pois este precisa estar preparado, com embasamento teórico e didático, para ter condições de implementar, no processo educativo, as discussões necessárias e, assim, contribuir plenamente para a construção da cidadania da criança e do adolescente.

A relevância da temática segundo as professoras

A Educação Infantil, o primeiro e o segundo Ciclo do Ensino Fundamental geralmente ficam sob a responsabilidade do pedagogo. Considerado como global e polivalente, este profissional precisa desenvolver todas as áreas da educação e do ensino, ou seja, trabalhar todos os componentes curriculares das Ciências Humanas e Naturais, Matemática e Linguagem, desenvolvendo competências e habilidades. Ainda precisa dar conta de todas as nuances existente numa sala de aula. Conectado a isso, estão as especificidades deontológicas que são exigidas desse pedagogo, como postura profissional ética e coerente. Nesse sentido, o professor carece de uma formação que lhe dê condições para o cumprimento das suas funções e potencialize o seu fazer pedagógico, para que ele seja capaz de problematizar situações e

sensibilizar seus alunos quanto aos sentidos preconceituosos e heteronormativos que normalmente são comuns em espaços educativos (LOURO, 2009).

De acordo com Quirino (2014), a superação do mito da “democracia sexual” demanda que o/a professor/a tenha constante renovação no que tange à sua prática pedagógica, pois a sexualidade abrange outras grandezas e envolve diversos campos dos saberes. De acordo com Schroeder *et al* (2008, p. 33) “ninguém é indiferente à sexualidade, pois ela marca não só o organismo, mas, principalmente, a mente”, e a instituição escolar compete o importante papel de desenvolver nos sujeitos, via conhecimento científico, uma ação reflexiva e crítica, enfim, educativa.

Enquanto agente de transformação, o/a professor/a tem papel fundamental, para tanto é necessário ter mecanismos para superação dos preconceitos e dogmas, o que advém do conhecimento, para que, de fato, possa compreender e trabalhar com as diversidades existentes na sala de aula, contribuindo não só para a formação acadêmica, mas também para a formação integral da criança e do adolescente. Nesse sentido, buscamos a partir da perspectiva das professoras compreender como estas, consideram a temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o questionamento: Você considera importante a discussão sobre sexualidade nos anos iniciais? Por quê?

P.1: “Sim. Porque a informação dá conhecimento e ajuda a esclarecer qualquer tipo de dúvida”.

P.2; P.3; P.8 e P.9: “sim”

P.4: “Sim, considero importante a discussão sobre sexualidade, pois vai me ajudar ou seja vai contribuir com minha prática pedagógica”.

P.5: “A discussão da temática é muito relevante para nós que trabalhamos nos anos iniciais e pode amenizar as dificuldades de falar sobre o assunto, porque muitas vezes a vergonha e o constrangimento que a gente tem é por falta de conhecer o assunto”.

P.6: “Sim, é importante, pois na nossa sociedade tem muitos tabus, distorções e repressões sobre a sexualidade e quanto menos tabus nós tivermos menos tabus a criança terá quando crescer”.

P.7: Sim com toda certeza, porque é um assunto difícil, mas, que faz parte do cotidiano da sala de aula.

P.10: “É um assunto muito importante de ser trabalhado. Devia ser mais abordado na escola para quebra de tabu, e os alunos passarem a saber realmente o que é sexualidade, porque eles

ouvindo e aprendendo de profissionais eles não ficam tão vulneráveis as pessoas “maldosas” que tem lá fora”.

P.11 “Sim. Porque precisamos aprender mais sobre o conceito”.

As respostas evidenciam a importância da discussão da temática no espaço escolar e coadunam com a ideia de que a temática é difícil de ser abordada, ora por constrangimento, vergonha e preconceitos, ora por falta de conhecimento. Certamente, esse pensamento influencia o trabalho em sala de aula de maneira negativa, impedindo o desenvolvimento pleno do aluno enquanto sujeito e cidadão. Partindo do pressuposto de que o/a professor/a também é responsável pela formação integral do aluno, esses entraves reforçam a ideia de que a tão sonhada “formação plena do indivíduo” ainda está distante da realidade no campo educacional, sendo que diversos fatores contribuem para fortalecer o silenciamento na perspectiva da diversidade (SILVA, 2015).

Segundo Foucault (2017), a sexualidade é uma invenção social que está condicionada pelos discursos sobre sexo e por uma ideologia predominante que determina normas e saberes que reprimem, controlam e limitam a visão e a compreensão sobre o assunto. Foucault (2017, p. 9) também afirma que “a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade”. A partir desse tripé é que foram construídos culturalmente saberes difundidos entre as gerações. Esses conhecimentos de certa maneira corroboram para a manutenção do cenário atual.

De acordo com Pimenta (1996, p. 74) “[...] na sociedade contemporânea cada vez se torna mais necessário o trabalho do/a professor/a enquanto mediador nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, para que ocorra a superação das desigualdades sociais”. Torna-se imprescindível repensar as políticas de formação de professores/as em todas as esferas institucionais com foco nos novos paradigmas emergentes.

É preciso compreender que as influências exercidas, principalmente pela cultura, controlam, direcionando comportamentos que permitem a internalização de conceitos e preconceitos estabelecidos como verdades inquestionáveis.

Nesse sentido, a resposta da **P.6** reforça a ideia de que quanto menos tabus forem demonstrados, menos tabus a criança vai ter ao se tornar adulta. O pensamento da **P.10** reafirma a necessidade de abordar a temática nos anos iniciais a fim de superar a vulnerabilidade das crianças a partir de informações corretas.

As respostas corroboram para o entendimento de que a educação na perspectiva da transversalidade pode possibilitar à criança uma melhor compreensão da sexualidade,

percebendo-a com naturalidade e sem ter receio de questionar a fim de elucidar suas dúvidas (BONFIM, 2012).

A fim de compreendermos o encadeamento entre teoria e prática em relação as experiências vivenciadas em sala de aula, questionamos: Você já presenciou situações na sala de aula entre os alunos em que a sexualidade ficou evidente? Qual foi a sua atitude?

P.3: “Até o momento não apareceu nenhuma situação evidente”.

P.5: “Nunca houve essa situação na minha sala de aula”.

P.10: “Não nunca presenciei”.

Os demais responderam: “Não”.

As Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso asseguram que a diversidade sexual está presente no contexto escolar, mas que “não é percebida ou se é, acaba sendo tolhida, mascarada, e engolida pela sociedade que quer normatizar comportamentos e acaba por excluir os que não se enquadram no perfil preestabelecido pela maioria” (MATO GROSSO, 2012, p. 37)

É evidente que a sala de aula é constituída não só pela diversidade sociocultural, mas também pelas representações de gênero, identidades sexuais e sexualidade. Na maioria das vezes é nesse espaço que as crianças demonstram as primeiras manifestações de sua sexualidade. Contudo essas experiências nem sempre são notadas pelos/as professores/as, visto que o conceito que se tem de sexualidade quase sempre não permite essa percepção, sendo que este geralmente, é concebido numa perspectiva reducionista que ainda marca fortemente as concepções das pessoas (SANTOS E FELIPE, 2018).

As respostas comprovam que ainda predominam pensamentos de que a sexualidade não faz parte do contexto escolar. Essa impressão ficou evidenciada nas respostas, visto que coadunam para compreensão do anulamento da sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Contudo, esse é um processo natural e constituinte nesses espaços, no entanto faz-se necessário esse entendimento. Segundo Bonfim (2012, p. 73), “a sexualidade está conosco desde que somos gerados e [...] ela se desenvolve em todas as fases da vida; [...] ainda que não abordemos esse assunto com a criança, sua sexualidade não será anulada”.

A carência de compreensão a esse respeito se justifica pela ausência de conhecimento. Embora os/as professores/as sejam parte integrante desse universo cultural, precisam inteirar-se de informações que contribuem para desfazer o conceito de que a sexualidade é algo distante

da realidade escolar. É preciso leva-lo a entender que, se tratando da sexualidade humana, a mesma está presente em todos os contextos, desde que sejam habitados por pessoas.

A partir dessa perspectiva considera-se fundamental repensar as ações pedagógicas no sentido de possibilitar ao aluno uma formação integral, buscando conhecimentos para compreender os novos paradigmas e os desafios existentes não só em suas salas de aula, mas também em outras conjunturas.

A análise das respostas também mostrou a convergência entre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras. Contudo, das onze participantes, três assumiram ter vivenciado experiências em sala de aula, que fomentavam uma abordagem no âmbito da sexualidade.

P.1: “Sim, conversei expliquei que isso era natural e necessidade do nosso corpo, mas que era um gesto obsceno, na frente dos colegas, então que devemos ter cuidado com o nosso corpo na presença dos outros”.

P.8: “Com certeza já passei por alguns momentos assim e tentei conversar de uma maneira simples e clara”.

P.9: “Sim, dei minha opinião e respeitei eles, ouvindo o que eles tinham a dizer”.

De acordo com Gagliotto (2014, p. 162), o entendimento da sexualidade é “pressuposto teórico” para abordagem da temática, de maneira que falar sobre as questões que envolvem a sexualidade implica ter conhecimento das suas diversas dimensões, sobretudo da “história do homem e de seus aspectos filosóficos e antropológicos, o que remete à compreensão das suas relações materiais concretas constituídas de todos os aspectos que lhe humanizam [...]”. Sendo assim, tratar desse assunto em sala de aula é também promover a igualdade de gênero e uma perspectiva emancipatória nesse domínio.

Melo e Pocovi (2002, p. 39) reforçam a ideia de que essa abordagem de cunho global implica engendrar uma ruptura às ordens estabelecidas, à procura de novos conceitos que apontem para uma nova sociedade, que estabeleça a “igualdade, atendendo a diversidade cultural, com uma nova compreensão da dimensão da sexualidade como parte indissociável dos direitos humanos no processo da construção da cidadania”.

Louro (2000) assegura que a escola constitui-se como um campo excepcional para trabalhar a temática. A autora aponta para a necessidade de problematizar e desconstruir os conceitos hegemônicos de corpo, gênero e sexualidade que permanecem no contexto escolar, sobretudo no que se refere a atitudes e valores. Para tanto, é imprescindível que tanto a escola

quanto o/a professor/a estejam e sintam-se preparados para esse enfoque, enquanto agentes de transformações.

Todavia, as discussões no campo da diversidade sexual precisam ser potencializadas, de forma que contemplem as expectativas dos/das professores/as no âmbito da sexualidade. É necessário superar o conhecimento dominante que, no entendimento de Britzman (1999, p. 102), sempre esteve ligado e constituído “pelos discursos do pânico moral, pela suposta proteção de crianças inocentes, pelo eugenismo da normalização e pelos perigos das representações explícitas da sexualidade”. A partir disso, eles poderão ser priorizadas metodologias que desenvolvam habilidades e conduzam os alunos e alunas ao entendimento e a reflexão de maneira efetiva e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade humana traz conceitos que são produtos culturalmente difundidos e compartilhados; portanto, disputam espaços nas representações de cada sujeito. As considerações que permeiam a temática evidentemente são influenciadas por outros meios, que, por vezes, não estão empenhados com a educação científica da sociedade. Dessa maneira, exercem a formação de concepções inadequadas e errôneas que, conseqüentemente, geram preconceitos e incertezas perante as situações apresentadas em sala de aula impedindo o desenvolvimento de práticas que contemplem as necessidades formativas dos alunos.

Embora os dados apontam para a predominância de uma concepção hedonista do ato sexual e a busca infinita pelo prazer, cremos que a sexualidade, deve ser entendida como um conjunto de sentimentos, conhecimentos, representações e interações que se estabelecem durante toda a vida e em cada fase de maneira muito peculiar. Constatou-se ainda, a relevância da temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entretanto, o enfoque sobre a sexualidade revela-se de forma insuficiente diante das prerrogativas correlacionadas as representações sociais e plurais e que a ausência de uma abordagem constante a esta temática pode estar relacionada a constrangimentos, tabus, dogmas, medos, vergonha e falta de conhecimento sobre a temática.

Acreditamos que é possível romper com o silenciamento e avançar numa outra direção, para incluir a temática nos planejamentos e nas práticas cotidianas da sala de aula, o que significa comprometimento da escola com as questões para além do ler e do escrever. Há que se compreender que este movimento não pode ser dissociado da transformação social,

favorecendo a compreensão de circunstâncias que ocorrem no cotidiano escolar e que, por vezes, são esquecidas ou passam despercebidas por falta de informação.

Entendemos que a constituição dos conhecimentos sobre sexualidade deve ser uma construção gradativa fundamentada em uma prática reflexiva entre os saberes populares e os científicos, a fim de promover a participação ativa e crítica tanto do/a professor/a quanto dos alunos e alunas na ressignificação e na apreensão dos novos conhecimentos. No entanto, esse entendimento só será possível a partir de uma formação tanto inicial quanto contínua e continuada, que permita a discussão da temática propondo informações essenciais, de forma a minimizar o descompasso entre as políticas públicas e quem vai executá-la. Estas devem dar condição para além da compreensão promover as habilidades por meio de práticas pedagógicas no campo da sexualidade.

Defendemos que os temas relacionados à sexualidade e às manifestações dos alunos e alunas devem ser problematizados e discutidos ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para que eles possam ampliar seus conhecimentos, possibilitando uma ressignificação da realidade em que estão inseridos. É preciso que nós tenhamos condições para uma abordagem que atenda às necessidades formativas dos alunos e das alunas, nas diversas direções, para que estes disponham de informações corretas, isentas de preconceitos, que contribuam, de fato, para o desenvolvimento global desses sujeitos.

BIBLIOGRAFIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições. 70, 2016.

BONFIM, C. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. 2. ed. Brasília: MEC/SEF, 2000, v. 10, p. 112-128

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e currículo. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GAGLIOTTO, G. M. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: Matrizes Institucionais, Disposições Culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias.** Jundiaí: Paco Editoria, 2014.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

LOURO, G. L. LOURO, G. L. **Heteronormatividade e homofobia.** In: Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, p. 84-93, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. LOURO, G. L. *et al.* **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Básica: Concepções para a Educação Básica.** Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

MELO, S. M.; POCOVI, R. M. de S. **Caderno pedagógico: Educação e sexualidade.** Florianópolis: UDESC, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2014.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PEREIRA, Z.; MONTEIRO, S. **Gênero e sexualidade no ensino de ciências no Brasil: análise da produção científica recente.** Revista Contexto & Educação, v. 30, n. 95, p. 117-146, 30 out. 2015. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor.** Revista da Faculdade de Educação, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996.

QUIRINO, G. S. **Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar.** 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2014.

RUFINO, C. B. *et al.* **Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 15, n. 4, p. 983-91, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/338jUP9>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SANTOS, A. C. dos; FELIPE, E. M. C. **Sexualidade na escola: a voz do silêncio.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.



CONGRESSO NACIONAL
de PESQUISA e ENSINO
em CIÊNCIAS
V CONAPESC

SILVA, K. da. **Currículo e gênero: a sexualidade na formação docente.** 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2015.

SILVEIRA, J. M. **Manifestações da sexualidade da criança na educação infantil: estranhamentos e desafios.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SCHROEDER, E. *et al.* **A teoria histórico-cultural do desenvolvimento como referencial para análise de um processo de ensino: a construção dos conceitos científicos em aulas de ciências no estudo da sexualidade humana.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - 2008

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Políticas e Educação.** São Paulo: Autores e associados, 1998.